

O Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa na Flandres

Helena da Silva (IHC-NOVA-FCSH)

A Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha ofereceu-se para socorrer os militares feridos, em colaboração com o Governo português, desde Outubro de 1914. Além das acções desenvolvidas em Angola e Moçambique, no seguimento da declaração de guerra da Alemanha em Março de 1916, a Cruz Vermelha Portuguesa reiterou o seu oferecimento, especificando que poderia enviar uma equipa sanitária para o norte da Europa. Esta intenção foi louvada e aceite pelo Exército português, na condição da instituição ficar sob a superintendência e fiscalização das autoridades militares¹. Fora então rapidamente aberta uma subscrição de guerra que, em finais de Março de 1917, contava com mais de 208 contos, incluindo uma importante contribuição do Brasil². Uma boa parte desta quantia seria assim investida na construção do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa na Flandres. Esta acção seguia o que estava estipulado no primeiro artigo dos estatutos da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha: socorrer “militares feridos e doentes em tempo de guerra, sem distinção de culto, nacionalidade ou ideias políticas”. Para atingir este fim, a instituição podia recolher donativos e organizar festas e deveria juntar a sua acção à dos serviços de saúde militares³.

Os serviços de saúde do exército português na Flandres estavam organizados de forma estruturada, sendo os primeiros cuidados dispensados nos Postos de Socorros Avançados ainda nas trincheiras. Os militares que necessitassem de maiores cuidados ou de cirurgias eram evacuados para os Postos de Socorros, dali para as Ambulâncias e depois para os Hospitais de Sangue. Os que carecessem de um período de convalescença mais prolongado eram enviados para os hospitais da retaguarda que progressivamente foram sendo edificados em Ambleteuse, nomeadamente o Hospital da Base nº 1 e nº 2 e o Depósito de Convalescentes⁴ (Mapa 1).

A presença da Cruz Vermelha Portuguesa na Flandres ficou assim marcada pela construção de um hospital também em Ambleteuse. João Paulo Freire, que acompanhou a formação sanitária desta sociedade e publicou crónicas no Diário de Notícias sobre esta formação, descreveu Ambleteuse como uma “pequenina praia do norte da França, arida [sic] e triste, batida pelos ventos regelados que nos veem [sic] das geleiras eternas que ficam para lá deste mar turbulento e feroz”⁵. Foi neste local que a Cruz Vermelha edificou o seu hospital de retaguarda, onde apesar da distância das trincheiras se ouviam os canhões e os aviões. Este hospital foi muito elogiado, apesar de ter custado “rios de dinheiro”, e permitiu aos militares portugueses terem “em terra estranha um bocado de terra portuguesa”⁶.

Partindo da análise de um conjunto de fontes provenientes principalmente do Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa (ACVP) e também do Arquivo Histórico Militar (AHM), tentaremos conhecer como foi montado este hospital em França. Apesar de uma importante cooperação internacional, surgiram inúmeras dificuldades que tiveram de ser ultrapassadas para que esta estrutura de saúde pudesse receber militares feridos e doentes. Abordaremos assim alguns aspectos relativos à construção e ao funcionamento deste hospital incluindo o pessoal que nele trabalhou. Efectuaremos ainda uma análise dos militares portugueses que ali estiveram hospitalizados para avaliar o contributo desta instituição no contexto da Primeira Guerra Mundial. O fim do conflito ditou o seu encerramento e daremos a conhecer o que hoje resta do mesmo.

Em 1917, ao mesmo tempo que decorria um levantamento de fundos através da subscrição de guerra, a Cruz Vermelha enviou uma missão exploratória para estudar a montagem deste hospital. Inicialmente chefiada pelo Dr. Tomás de Mello Breyner, a missão era composta pela D. Maria Antónia d’Atouguia Ferreira Pinto (chefe de enfermagem), pela D. Albertina Torres (secretária), por Luís de Albuquerque Bettencourt (comissário) e pelo Dr. Alberto de Azevedo Gomes (chefe da secção cirúrgica). O grupo partiu de Lisboa a 26 de Março de 1917, depois de um primeiro contratempo que impediu o chefe da missão de acompanhar os restantes membros, por “um motivo forte e desagradável”⁷. Segundo *A Capital*, a legação francesa recusar-se-ia a visar o passaporte do médico, supostamente porque este se teria despedido publicamente e de forma emotiva do Barão de Rosen, Ministro da Alemanha, que entregara a declaração de guerra a Portugal⁸. O assunto foi aliás abordado em várias ocasiões neste periódico, tendo o Dr. Tomás de Mello Breyner explicado as suas razões para esta despedida e justificado que o Barão de Rosen tinha sido seu paciente⁹. Contudo, um dia depois da partida da missão exploratória, o comissário Luís Bettencourt declarou que tentavam demover o médico na sua recusa e tinham esperanças que ele ainda se juntasse ao grupo. Certo é que os membros da missão partiram desgostosos e “contristados” pois sem chefe oficial e apenas com vagas instruções tinham receio de não serem bem sucedidos, mas não podiam adiar a partida

pois eram aguardados em França¹⁰. O Dr. Mello Breyner terá assim renunciado ao cargo de director do futuro hospital, tendo inclusive sugerido o Dr. Jorge Cid para o substituir. Este aceitou ainda em Março o convite que lhe foi endereçado, mas apenas em 6 de Maio se juntou aos restantes elementos da missão, em França¹¹.

Mapa 1: O Hospital da Cruz Vermelha e outros estabelecimentos hospitalares portugueses em Ambleteuse (1918)

Legenda: HB 1 – Hospital da Base nº 1; HB 2 – Hospital da Base nº 2

Fonte: ACVP P1ªGM Ambleteuse 1. © contribuidores do OpenStreetMap (adaptado pela autora)

Entretanto, em terras francesas, os outros membros foram visitando diversas estruturas hospitalares, nomeadamente da Cruz Vermelha Britânica e Francesa, para recolherem informações que serviriam para o futuro Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa¹². Como as duas senhoras que integravam a missão, em particular a D. Maria Antónia, tinham relações pessoais e amistosas com elementos destas organizações, esperava-se uma cooperação favorável à Cruz Vermelha Portuguesa¹³. Em paralelo, foram reunindo com a hierarquia militar, nomeadamente com o Chefe do Serviço de Saúde, o chefe do Estado Maior e ainda o comandante do Corpo Expedicionário Português (CEP), o General Tamagnini, a quem estavam subordinados. A título de exemplo, qualquer nomeação de pessoal requeria autorização da Secretaria da Guerra¹⁴. Sobre este assunto, na correspondência enviada ao Presidente da Cruz Vermelha em Lisboa, surgem diversas críticas à hierarquia militar, indicando alguns problemas administrativos e burocráticos, mas também uma certa tensão¹⁵. O próprio Dr. Cid declarava que se sentia desanimado e que “A falta de interesse, a falta de apreço, etc, etc pela missão da C.V.P. e pelo papel, que ella [sic] pode desempenhar n’este paiz [sic] na presente conjuntura, ultrapassa a nossa imaginação!”. Ao mesmo tempo, dizia “o que nos vale são as constantes provas de consideração, de apreço e de estima, que constantemente recebemos aqui – dos ingleses e dos francezes!”¹⁶. Assim, ao mesmo tempo que era relatada a falta de apoio da hierarquia militar portuguesa à obra que a Cruz Vermelha se propunha estabelecer, era também salientada a boa recepção da Cruz Vermelha Britânica, com quem foi estabelecida uma cooperação, que se revelou fundamental para levar a cabo a construção do hospital.

Em várias ocasiões, elementos da missão reuniram com Lord Donoughmore, comissário da Cruz Vermelha Britânica, que se prontificava a prestar auxílio à congénere portuguesa nomeadamente através da “cedência completa e gratuita” de tudo o que fosse necessário para o futuro Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em França, à excepção do próprio edifício e de automóveis. Tendo em conta que todos os grandes imóveis da região já estavam a ser utilizados pelo exército britânico, e que a sua adaptação seria dispendiosa e imperfeita, foi decidido construir um hospital de raiz. Seguindo os conselhos do Lord Donoughmore e da Cruz Vermelha Britânica, seria assim edificado um hospital-barraca, tendo como modelo os hospitais canadianos, que eram considerados os melhores e utilizados pelo exército britânico. Inicialmente, falou-se num hospital de quatro pavilhões em madeira com capacidade para 200 camas, que custaria cerca de 5 a 6.000 libras e demoraria três meses a ser construído. A Cruz Vermelha Britânica ofereceu-se ainda para fiscalizar toda a construção que seria realizada por construtores da sua confiança¹⁷.

Mais demorada e complexa foi a escolha do local uma vez que estava dependente de um acordo entre os comandos britânico e português. Sobre este assunto, Luís Bettencourt relatou as dificuldades, descrevendo que visitavam terrenos, de um lado para o outro, como que “mendigando um lugar [sic] ou cousa [sic] semelhante”. Uma vez mais, os elementos da missão sentiam-se impotentes pois a construção não avançava e o seu custo encarecia com o passar do tempo. Em inícios de Junho de 1917, foi-lhes finalmente indicado um local. Porém, este não lhes agradou por ser um “terreno baixo, arido e exposto, como nenhum, aos ventos do norte”. Sentiram-se novamente desanimados perante estes contratemplos e exigiram um outro local. Coube à D. Maria Antónia negociar com o General comandante da base inglesa, tendo conseguido obter um terreno junto à estrada e perto de habitações para alojar os oficiais ao serviço do hospital¹⁸ (Mapa 1). Sobre as negociações levadas a cabo pela D. Maria Antónia, foi referido que esta era tão motivada e persistente que os ingleses receavam que começasse a construir o hospital sem licença¹⁹. Quanto à estrada, tratava-se da antiga Estrada Nacional 1 (RN1), que ligava nomeadamente Boulogne-sur-Mer a Calais, atravessando Ambleteuse. Sobre o terreno, João Paulo Freire escreveu que este se encontrava “num alto, com um vastíssimo horisonte [sic] sobre o mar e sobre o campo”²⁰.

Apesar da escolha do local, para poder iniciar-se a construção do hospital seria ainda necessário aguardar que fosse apanhada a batata ali cultivada. Entretanto trataram-se das licenças e requisições às autoridades francesas e fizeram-se contractos com a Cruz Vermelha Britânica. O terreno foi alugado por mais de 25 francos por mês e pagos trimestralmente. Decidiu-se também arrendar para habitação dos oficiais e das enfermeiras três chalés (Eole, Sourire d'Avril e Brise de Mai) e o Hotel de la Paix, todos na Rua de Lille, a cerca de 500 metros do hospital, por uma renda trimestral de 2.800 francos. A construção foi adjudicada à empresa Sommerville & Co., a única que se apresentou a concurso, e o arquitecto da Cruz Vermelha Britânica (Limming) fez novos desenhos e efectuou um novo caderno de encargos, orçamentando então em 11.500 libras a construção do hospital²¹.

Como a missão era temporária e os custos da estadia em França elevados, os membros da missão ausentar-se-iam durante o período da construção. De referir que o Dr. Azevedo Gomes e a D. Albertina Torres tinham regressado a Lisboa em Maio, tendo então esta sido elogiada pela “sua boa educação e constante dedicação à causa”²². Durante a ausência da equipa da Cruz Vermelha Portuguesa, o Lord Donoughmore e o arquitecto Limming efectuariam a fiscalização da construção e respectiva contabilidade. Para isso, antes do regresso a Lisboa, Luís Bettencourt colocou 200.000 francos à disposição da Cruz Vermelha Britânica para pagar o que fosse necessário para a construção do hospital. Assim, em inícios de Agosto, os restantes membros da missão de estudo regressavam a Lisboa, cansados, mas com um sentimento de satisfação por terem cumprido o que lhes tinha sido pedido²³.

A missão despendeu 228.950 francos, incluindo já despesas de construção, arrendamento, subvenções aos membros da missão, gastos diversos como transportes, alojamento, alimentação, telégrafo e ainda a aquisição de um conjunto de material para o futuro hospital. Isto incluía livros, diversos aparelhos, um saco de maqueiro, bolsas, blusas, aventais e toucas para as enfermeiras, entre outros²⁴. De referir que, por razões económicas e logísticas, fora decidido adquirir no estrangeiro parte do material escolhido em entendimento com os responsáveis da Cruz Vermelha Britânica em França²⁵.

O hospital deveria ter ficado pronto em inícios de Outubro de 1917. Contudo, em tempo de guerra, as dificuldades persistiam. O próprio Lord Donoughmore dizia ao presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, que a construção não avançava, mas que a culpa não era deles. Em finais de Agosto tinham finalmente obtido autorização das autoridades britânicas para utilizar as madeiras que estavam num porto em Inglaterra e o Lord Donoughmore esperava que a construção se fizesse sem percalços (“smoothly” no texto)²⁶. No entanto, a realidade foi bem diferente. O Lord partiu para a Índia, tendo sido substituído pelo Sir Arthur Lawley, que concordou com os termos do acordo feito pelo seu predecessor. Como tinha sido acordado, os britânicos fiscalizavam as obras, mas acabaram por efectuar alterações ao projecto por duas vezes, que depois teve de ser novamente aprovado, atrasando a obra. Posteriormente, a construção avançou lentamente devido a novos problemas com as madeiras, à escassez de outros materiais, às más condições atmosféricas (chuva e lama) e sobretudo à falta de operários. Assim, quando em inícios de Outubro, a D. Maria Antónia chegou a Ambleuse para ver em que estado estava o hospital, constatou que tinham sido construídos apenas os alicerces de duas enfermarias e que, na melhor das hipóteses, o hospital estaria completo em Dezembro²⁷.

Consciente dos atrasos e das inúmeras dificuldades, a D. Maria Antónia mostrou-se preocupada com a falta de alimentação face à chegada do pessoal da Cruz Vermelha em Novembro. Esta pediu ao presidente da instituição que ponderasse adiar a partida das enfermeiras, tendo em conta que o hospital não estava concluído e que na região “nem mesmo pão se pode comprar”²⁸. Apesar da situação, a formação sanitária da Cruz Vermelha foi chegando a Ambleuse em vários grupos, por volta do dia 20 de Novembro, estando então apenas oito das vinte barracas concluídas²⁹. Segundo o relato de Freire relativo a esta “laboriosa construção”, “vai-se de vagar porque os trabalhos nas zonas de guerra dependem de mil e uma circunstancias [sic] fortuitas”³⁰.

Apesar das obras avançarem a conta-gotas, a D. Maria Antónia e Luís Bettencourt continuavam as negociações nomeadamente com a Cruz Vermelha Americana para que nada faltasse ao hospital. Esta pretendia doar 25.000 francos para a instalação eléctrica, incluindo um motor a gasolina e a bateria de acumuladores, o que permitiria ao hospital ter iluminação eléctrica para efectuar cirurgias dia e noite e fazer funcionar o aparelho de Raio-X³¹. Como prova de cooperação pelo serviço que Portugal fazia aos aliados, a Cruz Vermelha Americana pagou assim a quantia inicialmente definida em finais de Janeiro de 1918³², apesar do custo final da instalação eléctrica ser de 32.000 francos, devido aos sucessivos atrasos³³. No mês seguinte, um sargento electricista ao serviço do Hospital da Base nº 1 montou o Raio-X, ainda antes do hospital estar a funcionar³⁴. Contudo, quatro meses após a abertura, aguardavam ainda a chegada de electricistas de Paris para concluir a instalação da iluminação em alguns blocos, “sendo este o único

hospital com semelhante melhoramento que existe na região”³⁵. A 13 de Outubro, “a poucos dias de ter ficado completa a instalação eléctrica” da casa das operações e Raio-X eram obrigados a utilizar novamente os candeeiros de petróleo devido à penúria de gasolina³⁶. Como sabemos, a instalação eléctrica funcionava com um motor a gasolina pois o cabo eléctrico não chegava ao local. Assim, o hospital apenas voltou a ter iluminação eléctrica no final de Outubro, quando passou a ter dois galões de gasolina por dia³⁷. É possível que noutras ocasiões tenha faltado gasolina, ficando o hospital sem electricidade para fazer funcionar determinados aparelhos como o Raio-X.

Apesar de todos estes contratempos, e não estando ainda concluído, o hospital começou a receber militares aquando da Batalha de La Lys, a 9 de Abril de 1918, tendo então uma capacidade de 200 camas. O primeiro paciente a dar entrada, segundo o *Livro de Registo* foi o alferes Jaime Leote de Rego³⁸. Já segundo a ordem de serviço 107, a 11 de Abril abriu o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse, sendo o Dr. Jorge Cid o seu director³⁹. Como se depreende, as dificuldades para colocar em funcionamento o hospital foram inúmeras, e persistiram. Sabemos, por exemplo, que apenas em meados de Agosto foi aberto o bloco de cirurgia⁴⁰.

Com a abertura do hospital, passou a funcionar uma junta de saúde para julgar os militares ali hospitalizados⁴¹. Durante o seu funcionamento, o hospital recebeu oficiais e praças, excepto num curto espaço de tempo pois segundo a ordem de 11 de Outubro de 1918, o Hospital da Cruz Vermelha deveria passar a receber apenas praças; assim, os oficiais seriam hospitalizados no Hospital da Base nº 1 ou nº 2. Os motivos apontados referiam que o Hospital da Cruz Vermelha seria inicialmente para o tratamento de praças, mas que recebeu oficiais na sequência da Batalha de La Lys, pois era então o único estabelecimento hospitalar português com uma enfermaria suficientemente confortável. Entretanto, o Hospital da Base nº 1 passou a ter uma enfermaria com condições de conforto superiores, bem como duas equipas cirúrgicas prontas a intervir em qualquer momento⁴². Luís Bettencourt concordou que uma enfermaria fora adaptada de forma simples para os oficiais, e ao mesmo tempo sentia-se magoado pois sempre se esforçou para servir o Exército português⁴³. Descontentes com a situação, Bettencourt e o Dr. Salinas, então director, conseguiram junto do Coronel Sinel de Cordes e do Dr. Zeferino Borges voltar a ter oficiais hospitalizados, tal como é comprovado pelos registos de entradas⁴⁴.

No final, as instalações eram compostas por vinte⁴⁵ barracas de madeira de diferentes tamanhos, tendo como edifícios principais dois grandes U, que constituíam as enfermarias de medicina, cada uma com capacidade para 60 camas (Planta 1). Atrás de cada um destes edifícios, ficavam as barracas com os lavatórios e sanitários. Ainda na parte central, encontrava-se um longo edifício que correspondia à enfermaria de cirurgia (60 camas), ligada através de um corredor coberto à casa das operações. Esta era composta por uma sala para cirurgia com uma área para esterilização e para anestesia, e ainda duas enfermarias, sendo uma delas para casos especiais (pequena) e outra para oficiais, num total de 20 camas. Seguiu-se depois uma outra barraca onde estavam os laboratórios, aparelho de Raio-X e outras máquinas (Imagem 1).

Planta 1: O Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa (1918)

Fonte: ACVP P1^aGM Ambleteuse 1 (adaptado pela autora)

Imagem 1: Enfermaria de Cirurgia, Casa de Operações, Laboratórios e Raio-X

Fonte: ACVP

Ainda antes das barracas das enfermarias, existia a recepção, onde além de uma primeira sala existiam quatro casas de banho e duas salas para efectuar os primeiros curativos e triagem dos pacientes. O complexo incluía também dois dormitórios para sargentos e praças ao serviço do hospital, dois refeitórios sendo um para sargentos e praças, e outro para oficiais e enfermeiras, vários edifícios com sanitários e lavatórios, uma cozinha, e uma barraca para a administração com uma parte de farmácia. Por último, existiam outras dependências com diferentes funções como a barraca do incinerador, do desinfector, o depósito de víveres e material sanitário e a morgue. Podemos ainda referir que quase todos os edifícios tinham aquecimento, sobretudo as enfermarias, o edifício da administração, os locais de refeições e dormitórios⁴⁶. Segundo os relatos dos membros da própria Cruz Vermelha Portuguesa, este hospital oferecia total conforto e comodidade, sendo um “hospital-modelo” que ultrapassava os canadianos, tendo sido frequentemente elogiado. O custo da sua construção foi cerca de 320.000 francos, tendo a Cruz Vermelha Britânica oferecido o recheio e enchido os enormes pavilhões, como tinha sido inicialmente definido⁴⁷.

Além deste apoio, a delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Londres angariou donativos que permitiram oferecer, em Dezembro de 1918, 420 cobertas de chita de 1 metro e 60 por 2 metros, de cor clara sobre fundo branco e uniformes pois há meses que se tentava adquiri-las em França, sem sucesso, e a Cruz Vermelha Britânica também não as tinha. Esta delegação, através da Condessa de Tovar, ofereceu ainda um automóvel Daimler e um conjunto de peças para o mesmo em Outubro de 1918, sendo que o comissário Luís Bettencourt tinha efectuado inúmeras diligências para tentar adquirir um automóvel junto de diferentes entidades⁴⁸. Já a Cruz Vermelha Americana comprometera-se ainda a doar agasalhos para os prisioneiros de guerra⁴⁹.

Tinha também sido cedido à Cruz Vermelha um barco, por uma universidade francesa, para que os militares portugueses convalescentes pudessem pescar. Considerando o contexto bélico e as dificuldades em obter víveres, esta embarcação foi significativa para o hospital. Segundo diversas referências, pescavam bastante, o que permitia abastecer o hospital e a população civil. Assim, graças a este barco não houve mais falta de peixe para as refeições dos militares hospitalizados, nem do pessoal⁵⁰. O hospital teria também uma horta para cultivo de vários alimentos como batatas, constituindo uma importante economia para o hospital⁵¹.

Quanto à sua estrutura orgânica, o hospital era dirigido por um conselho administrativo composto pelo comissário, pelo médico director do hospital (presidente), pelos chefes dos serviços de cirurgia e de medicina, pela superintendente das enfermeiras e pelo oficial provisor (secretário). O hospital era autónomo, dependente da Comissão Central da Cruz Vermelha podendo, contudo, ser fiscalizado pelos serviços de saúde do CEP na parte técnica e higiénica e na disciplina dos militares hospitalizados. Luís Bettencourt desempenhou sempre o cargo de comissário, sendo assim o directo representante e responsável pelo bom nome da Cruz Vermelha. Este tinha diversas responsabilidades, nomeadamente toda a parte financeira, toda a escrituração de correspondência, hospitalizações e contabilidade. Deveria ainda garantir a disciplina e moral de todos os elementos e sugerir à Comissão Central tudo o que fosse necessário. O oficial provisor foi Rui Victor Ferreira, responsável pela alimentação do pessoal e dos doentes, pela limpeza e arrumação do hospital e das habitações do pessoal. Cabia-lhe ainda a distribuição do pessoal da secretaria, das subsistências e da limpeza. Toda a parte técnica e higiénica era da responsabilidade do médico director do hospital que distribuía o pessoal técnico pelas enfermarias e que seria também o delegado técnico junto do Chefe dos Serviços de Saúde do CEP. Por último, a D. Maria Antónia era a superintendente das enfermeiras e, por isso, responsável pelo porte e pela conduta moral das mesmas, bem como pelo cumprimento do contracto assinado, sendo que a ela caberia propor o eventual repatriamento das enfermeiras⁵².

Como vimos, o cargo de director foi inicialmente desempenhado pelo Dr. Jorge Cid, que regressou a Ambleteuse nos inícios de Outubro de 1917⁵³ e que depois assumiu interinamente a direcção do Hospital da Base nº 1, aquando da sua inauguração a 25 de Março de 1918. Entretanto, com a abertura do Hospital da Cruz Vermelha este voltou a assumir a sua chefia⁵⁴. Um mês depois partiu em serviço para Lisboa, tendo o Dr. Azevedo Gomes (chefe do serviço de cirurgia) assumido interinamente a direcção do hospital. Contudo, dias depois, este adoeceu e coube ao Dr. Luís Simões Ferreira (chefe do serviço de medicina) assumir interinamente o cargo, pedindo que outra pessoa fosse nomeada pois não ambicionava tal responsabilidade⁵⁵. Aliás, este foi alvo de críticas pela forma como geriu a situação com as enfermeiras, tendo Luís Bettencourt escrito que “prejudicou a boa ordem e serviço”. Assim, em inícios de Setembro, este médico regressou a Lisboa, descontente com uma decisão da Cruz Vermelha sobre a chefia do hospital. A direcção interina coube então ao Dr. Joaquim Salinas Antunes que também tinha integrado a equipa desde o início, aguardando a chegada do Dr. José Antunes dos Santos Júnior⁵⁶. Este assumiu o cargo a partir de 20 de Novembro e até ao encerramento do hospital, com um interregno em meados de Dezembro, por ausência. Por esta ocasião, e tendo em conta que o Dr. Salinas estava engripado e de licença, foi substituído pelo Dr. Fernando Matos Chaves⁵⁷.

Por este historial percebemos que houve uma certa rotação no pessoal médico ao serviço deste hospital, por diversos motivos, nomeadamente por doença. Do corpo médico que integrava o grupo inicial que partiu em Novembro de 1917, nenhum elemento restava no final da missão. Quando os médicos chegaram a Ambleteuse, sem o hospital concluído, estes não tinham trabalho, até porque haveria então médicos portugueses a mais na região⁵⁸. Além dos elementos mencionados, em Dezembro de 1917, o médico cirurgião António Leonardo de Almeida regressou a Portugal devido ao estado de saúde precário⁵⁹, seguindo-se meses depois os cirurgiões Francisco Alves de Azevedo⁶⁰ e Teotónio Manuel Xavier. Assim, o hospital encontrava-se sem cirurgiões e recorreu a outros médicos do CEP. Foi assim enviado o cirurgião José da Cunha Paredes em finais de Maio para fazer serviço neste hospital, mas este ausentou-se por dois meses em Julho. Esta ausência coincidiu com a abertura do bloco de cirurgia, levando Luís Bettencourt a

pedir mais médicos de cirurgia e de medicina geral. Este lamentava o facto de não conseguirem contratar clínicos que fossem apenas da Cruz Vermelha, tendo de recorrer aos médicos do CEP que eram colocados nas estruturas de saúde consoante as necessidades do serviço. Por exemplo, após o regresso de José da Cunha Paredes, este foi colocado na Ambulância nº 6 em Novembro, e substituído no Hospital da Cruz Vermelha pelo Dr. Gustavo de Brito Pitschieller, que ali ficaria até ao seu encerramento. Também o Dr. Carlos Augusto Leão da Silva, colocado provisoriamente neste hospital durante cinco meses, foi depois colocado na Ambulância nº 4 e substituído pelo Dr. Fernando Matos Chaves⁶¹. Enquanto estes médicos do CEP estavam ao serviço do hospital, a Cruz Vermelha pagava-lhes os vencimentos (cerca de 800 francos), o alojamento e a alimentação⁶².

Assim, o pessoal do CEP supriu algumas ausências de pessoal da Cruz Vermelha. Foi o caso do farmacêutico pois Mário Júdice de Oliveira foi repatriado para Lisboa para ser submetido a uma cirurgia em Agosto e temporariamente substituído pelo colega do Hospital da Base nº 1⁶³. Contudo, seria o ajudante de farmácia Artur Jorge Machado que acabaria por efectuar o serviço do farmacêutico no Hospital da Cruz Vermelha⁶⁴. De referir que haveria boas relações e convivência entre os médicos e directores do Hospital da Cruz Vermelha e dos Hospitais da Base nº 1 e nº 2⁶⁵. Ao mesmo tempo que pedia mais médicos, Bettencourt chamava a atenção para a questão das patentes. Preocupado com os custos, aconselhava a escolher médicos cuja patente não deveria exceder a de tenente; excepcionalmente a de capitão, justificando que os conhecimentos não residiam na patente e que bastaria um major para haver uma hierarquia e evitar conflitos⁶⁶.

Uma presença constante e essencial, desde a missão de estudo até ao encerramento do hospital, foi a D. Maria Antónia, que desempenhou um papel fulcral nas negociações com a Cruz Vermelha Britânica e Americana. Apesar de ter sido contratada como superintendente das enfermeiras, esta nunca terá interferido no serviço das enfermarias até porque não tinha qualquer diploma de enfermagem. Assim foram escolhidas as senhoras mais velhas e sossegadas para serem chefes de equipa de enfermaria e foi nomeada uma encarregada da messe dos oficiais e das enfermeiras, tendo este sistema sido bem sucedido com ordem e regularidade nos serviços do hospital⁶⁷.

Já as “damas-enfermeiras”, como eram então designadas, tinham um diploma da Cruz Vermelha pois efectuaram um curso elementar de enfermagem para poderem prestar serviço. Este incluía uma parte de ensino teórico dispensado pelo Dr. Azevedo Gomes e posteriormente pelo Dr. Jaime Neves e uma parte de ensino prático efectuado no Hospital Temporário da Junqueira em Lisboa, igualmente da Cruz Vermelha. As alunas tinham entre 21 e 40 anos, deviam ter as vacinas em dia e não sofrer de doenças contagiosas⁶⁸. Como vimos, quando as vinte e cinco enfermeiras chegaram a Ambleteuse, o hospital estava ainda em construção. Assim, tentou-se que fossem fazer serviço nos hospitais ingleses mais próximos, chegando a D. Maria Antónia e o Dr. Cid a reunir à hora do chá com a General Maud McCarthy, enfermeira-chefe que dirigia 10.000 enfermeiras britânicas, que se mostrou interessada pela ideia. Impôs como condições que em cada grupo houvesse uma senhora que soubesse bem inglês e que as enfermeiras se submetessem às ordens da *matron*⁶⁹ inglesa. Com as devidas autorizações obtidas, a General pedia para ser informada da chegada das enfermeiras portuguesas aos hospitais britânicos. Contudo, desconhecemos quando e se tal aconteceu. Já o Dr. Cid informava que as enfermeiras trabalhariam na cozinha enquanto não chegassem cozinheiros⁷⁰. As enfermeiras apresentaram-se também como voluntárias no Hospital da Base nº 2, acto pelo qual foram louvadas⁷¹. Em grupos, também acompanharam o Dr. Cid, como director interino do Hospital da Base nº 1, entre 25 de Março e 9 de Abril de 1918, data da abertura do Hospital da Cruz Vermelha⁷² (Imagem 2).

Imagem 2: Enfermarias com pessoal masculino e feminino e alguns doentes (1918)

Fonte: ACVP

Estas enfermeiras assinaram um compromisso que definia que ficavam sob ordens do director do hospital e reconheciam a autoridade moral da superintendente; que sacrificavam o seu bem-estar e comodidades pessoais; que seriam correctas, serenas e obedientes; que respeitariam a ideia de neutralidade da Cruz Vermelha. Segundo o mesmo compromisso, deveriam integrar a formação até ao regresso da mesma ou em caso de doença, mediante parecer da junta de saúde. Caso a enfermeira se desligasse da formação antes do prazo de seis meses, caber-lhe-ia custear as despesas do regresso a Lisboa. Das primeiras vinte e cinco enfermeiras, sete regressaram antes de Julho de 1918, quando dez deixaram a formação, ficando apenas oito no hospital, tendo no mês seguinte sido enviadas mais dez enfermeiras. Aliás, passados seis meses de serviço efectivo, sem terem gozado qualquer licença, algumas enfermeiras quiseram retirar-se⁷³.

Assim, os membros da Comissão Central da Cruz Vermelha decidiram que todas as enfermeiras que desejassem poderiam desligar-se da formação e teriam direito à viagem de regresso a Lisboa. As que quisessem continuar a prestar serviço tinham vinte e quatro horas para o declarar por escrito, até ser redigido um novo compromisso. A Comissão Central comprometia-se também a respeitar o regulamento das licenças⁷⁴.

Portanto, em finais de Junho, foi elaborado o novo compromisso que estipulava que o regresso das enfermeiras poderia ser motivado por conveniência do serviço ou por outro motivo justificativo e tinha ainda como novidades uma melhoria da alimentação, do alojamento e do subsídio. Estas receberiam um vencimento mensal de 300 francos (em substituição da subvenção anterior de 125 francos), deveriam usar sempre o uniforme da Cruz Vermelha, mesmo fora de serviço, e deveriam conservar para entregar no fim da missão o braçal, cinto, *bag*, bilhete de identidade, distintivo e botões que eram propriedade da Cruz Vermelha⁷⁵. De referir que as enfermeiras de outras sociedades da Cruz Vermelha, nomeadamente francesa e britânica, não recebiam qualquer vencimento ou subvenção e tinham de pagar o uniforme e a alimentação⁷⁶.

Todavia, dez senhoras recusaram-se a assinar este novo compromisso declarando que desejavam continuar a trabalhar, mas que não podiam “assegurar o contracto a prazo indefinido e nos termos humilhantes” em que era feito⁷⁷. Estas receberam ordem para regressar a Lisboa e pediram ao General Tamagnini que intercedesse por elas, o que o levou a escrever no seu diário: “Não basta aturar homens, agora são também as mulheres”⁷⁸. Porém, como este concordava que o contracto continha condições inaceitáveis, enviou um telegrama ao presidente da Cruz Vermelha Portuguesa pedindo para alterar o compromisso, destacando os serviços prestados aos soldados sob o seu comando, que “salvaram muitas vidas”⁷⁹. Como tal não aconteceu e porque “Ellas [*sic*] fartaram-me de me pedir para utilizar [*sic*] os seus serviços”, Tamagnini pediu autorização a Lisboa para o fazer. Sem resposta, deliberou empregá-las no Hospital de Sangue nº 8 em Herbelles, a 27 de Julho, constituindo o Grupo Auxiliar de Damas-Enfermeiras (GADE), apesar de inicialmente ter pensado enviá-las para o Hospital Português de Hendaia. Sobre o assunto, escreveu ainda “Não sei o que o Ministerio [*sic*] da Guerra fará sobre a minha deliberação de as aceitar. Na forma do costume é capaz de vir de lá tolice.”⁸⁰. De referir que ao serviço do CEP estavam então outras enfermeiras de guerra formadas pela Cruzada das Mulheres Portuguesas⁸¹.

A situação não agradou a vários membros da Cruz Vermelha, que acusaram as “damas-enfermeiras” de indisciplina, de ausências para visitas ou jantares sem autorização, de instigarem à revolta e de levarem indevidamente a farda e o braçal da organização⁸². Algumas diziam estar arrependidas, pois passaram a viver numa barraca de lona, em péssimas condições. Este episódio foi visto como “uma tremenda bofetada na C.V.”⁸³, como uma tentativa de enfraquecer e reduzir o corpo de enfermagem e como uma falta de consideração para com a instituição que as educou e “se sacrificou para que pela primeira vez a mulher portuguesa [*sic*] pudesse cá fóra [*sic*] mostrar as suas qualidades de enfermeira”⁸⁴. Na mesma carta foi ainda referido que as que tinham assinado o compromisso eram pressionadas para se juntarem às enfermeiras dissidentes, que frequentemente iam ao Hospital da Cruz Vermelha tentar convencer as antigas colegas. Apesar destas visitas, não houve outras dissidentes⁸⁵. Contudo, como alguns elementos gozavam licenças, faltavam enfermeiras e Bettencourt sugeria que se recrutassem noutras partes do país (Porto, Viana do Castelo ou Funchal). Por último, o então director do hospital foi apontado como um dos responsáveis pela situação por ter opinado contra o compromisso e por ter aconselhado as enfermeiras a não o assinar. Ao mesmo tempo, Bettencourt queixou-se que a D. Maria Antónia não soube acalmar a situação, nem tentar chamar as enfermeiras à razão, tendo inclusive sido incorrecta com o grupo de dez senhoras que chegou em Agosto. Preocupado com a imagem da Cruz Vermelha, Luís Bettencourt temia que o serviço de enfermagem fosse posto em causa, bem como o sucesso do hospital na Flandres⁸⁶.

Já após o armistício, quando o pessoal do hospital começava a desmobilizar, foi necessário repatriar seis enfermeiras em dois grupos separados por incompatibilidades entre algumas delas. Consta que estas faltaram ao estipulado no compromisso, foram desobedientes e desrespeitaram a superiora D. Maria Antónia⁸⁷. Ao mesmo tempo que estas enfermeiras desmobilizavam, a enfermeira Irene Kemp Pinto de Carvalho deixava o CEP para integrar a formação da Cruz Vermelha. Formada pela Cruz Vermelha Italiana e tendo servido no Hospital Militar de Milão, esta esteve desde Junho de 1918 ao serviço do Hospital da Base nº 2 como enfermeira de guerra. Entre 5 de Dezembro e 31 de Janeiro de 1919 serviu como “dama-enfermeira” no Hospital da Cruz Vermelha em Ambleteuse⁸⁸. Com o encerramento deste hospital nesta última data, as restantes doze enfermeiras ainda ali em serviço formaram o GADE 2 e prestaram serviço no Hospital da Base nº 1, entre Fevereiro e Maio de 1919⁸⁹.

Apesar dos inúmeros elogios e louvores que as enfermeiras receberam, houve também algumas críticas. No pós-guerra foi salientada a falta de enfermeiras de cirurgia e acrescentado que os breves cursos não produziam pessoal habilitado para o difícil serviço no contexto bélico. Era ainda acrescentado que, para tal, seriam necessários cursos regulares com estágios hospitalares de dois ou três anos⁹⁰. Também o Dr. Reinaldo dos Santos, no relatório elaborado em Setembro de 1918 como director dos serviços cirúrgicos da base, criticava a enfermagem feminina inexperiente apesar da boa vontade das “damas-enfermeiras” deste hospital, mas que apenas tinham sido formadas “na pratica [sic] dos pensos e na collaboração [sic] das operações”. Por causa deste e de outros problemas, nomeadamente um serviço de radiologia inoperacional, a falta de cirurgiões especializados nos feridos graves de guerra e a ausência de um analista no laboratório, Reinaldo dos Santos propunha que o Hospital da Cruz Vermelha não recebesse casos de feridos cirúrgicos graves, pelo menos enquanto estas condições não melhorassem⁹¹.

Além do pessoal médico e das enfermeiras, o hospital contou ainda com cerca de trinta homens com funções auxiliares, sendo que muitos deles integraram a equipa desde o início (Imagem 2). Estes trabalharam em diversos serviços, como na cozinha, na secretaria, nas provisões, na sala de operações, no autoclave ou na radiologia. Entre eles estavam também serventes, maqueiros e enfermeiros. O seu número variou ao longo do tempo, consoante as necessidades do serviço. Assim, nalguns momentos pedia-se mais pessoal, como em Julho, quando o serviço era reduzido mas faltava pessoal menor, devido ao regresso de quatro homens por invalidez porque “não resistem a este clima”⁹². Enquanto noutras ocasiões, como em Setembro, solicitava-se a redução dos efectivos. Luís Bettencourt insistia então que tinham excesso de pessoal, que deveria ser reduzido por razões económicas e também para manter a boa ordem e disciplina pois a falta de trabalho dava lugar à ociosidade. Neste sentido, pretendia-se igualmente reduzir o número de enfermeiras, sendo referido que algumas seriam repatriadas porque as condições de saúde não lhes permitiriam aguentar o Inverno da região⁹³. Contudo, a 20 de Novembro, o hospital recebeu ordem para desmobilizar e regressar a Portugal. Assim, seguiram doze homens, incluindo enfermeiros, maqueiros, pessoal da secretaria e da provisão, sendo que alguns deles estavam em Ambleteuse desde Novembro de 1917⁹⁴. De referir que a formação inicial da Cruz Vermelha incluía um padre que não chegou a seguir para França. No entanto, o capelão do CEP dizia missa todos os domingos na sala da messe do hospital para quem quisesse assistir (Imagem 3). O mesmo ia ao hospital sempre que qualquer militar requisitasse a sua presença. Por estes serviços, o capelão João Baptista Aguiar recebia uma remuneração de 200 francos mensais⁹⁵.

Imagem 3: Altar improvisado na messe (1918)

Fonte: ACVP

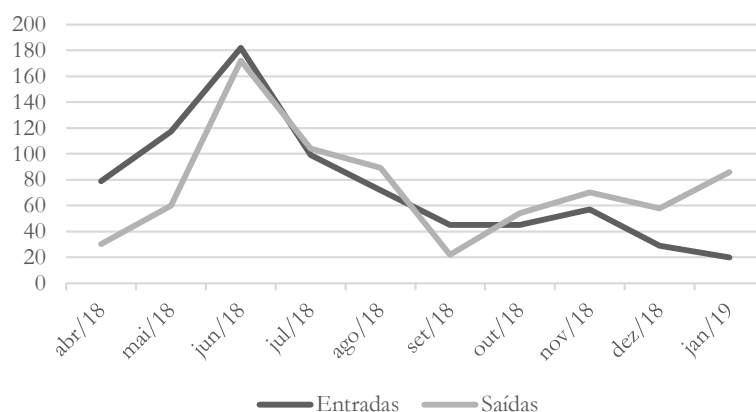
Apesar do armistício, foi inicialmente decidido manter o hospital para receber prisioneiros portugueses que entretanto seriam libertados⁹⁶. Mas em Janeiro de 1919 foi decidido, entre as autoridades militares e a Cruz Vermelha, dispensar todo o pessoal clínico e de enfermagem e encerrar o hospital. Os elementos que pertenciam ao CEP e que tinham estado adidos à formação da Cruz Vermelha regressaram às suas unidades, como o capelão Aguiar, os médicos Fernando de Matos Chaves e Gustavo de Brito Pitschieller. Assim, o Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa deixou de receber doentes e feridos, que foram transferidos para o Hospital da Base nº 1, tendo em conta que o nº 2 tinha sido extinto e encerrado a 25 de Janeiro de 1919⁹⁷.

Para conhecer o movimento do Hospital da Cruz Vermelha durante o seu funcionamento, efectuámos uma análise aos livros de oficiais e praças que ali estiveram em tratamento. Assim, contabilizámos um total de 747 entradas neste hospital entre 9 de Abril de 1918 e 20 de Janeiro de 1919⁹⁸. De referir que destas entradas, duas correspondem a soldados britânicos. Um entrou em Junho devido a problemas cardiológicos tendo ficado hospitalizado 80 dias, quando foi transferido para o Hospital Inglês nº 32 em Wimereux (32 *Stationary Hospital*). O outro deu entrada em Dezembro com sintomas de fraqueza, concussão cerebral e uma entorse no tornozelo esquerdo; ficou hospitalizado 16 dias e teve alta.

Tendo em conta que este hospital recebeu maioritariamente militares portugueses centrámos a nossa análise nestes casos. Assim, se considerarmos apenas as entradas e saídas de militares portugueses entre Abril de 1918 e Janeiro de 1919, verificámos que o número foi aumentando até atingir um “pico” em Junho de 1918, provavelmente ligado ao primeiro surto da epidemia de gripe que então afectava o continente europeu (Gráfico 1). Depois, o número de entradas foi reduzindo, voltando a aumentar em Novembro, novamente com mais casos de gripe e de fraqueza, diminuindo posteriormente na sequência do final do conflito, dando-se então sobretudo a entrada de prisioneiros de guerra.

Contabilizámos assim mais de 26.700 dias de hospitalização, correspondendo a uma média de 36 dias de internamento por paciente. Se alguns homens ficavam apenas um ou dois dias internados, outros ficaram mais de oito meses. De referir que 25 indivíduos foram hospitalizados em dois momentos diferentes e outros seis em três ocasiões. O paciente tipo tinha em média 27 anos, era solteiro e soldado, sendo admitido por motivo de doença, nomeadamente por cansaço (astenia ou fraqueza).

Gráfico 1: Número de entradas e saídas no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse



745 casos. Fonte: *Livro de registo de oficiais que estiveram em tratamento no Hospital de França*; *Livro de registo de praças de pré que estiveram em tratamento no Hospital de França*, ACVP.

A análise da categoria militar dos homens que deram entrada no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em Ambleteuse revelou que 56,4% eram soldados, 28,1% oficiais, 8,7% cabos e 6,8% sargentos. Se compararmos com os efectivos do CEP, onde 88% eram praças, 6% sargentos e outros 6% oficiais⁹⁹, constatamos que este hospital recebeu proporcionalmente um número importante de oficiais.

Quanto às causas que levavam estes homens ao hospital, em mais de um terço dos casos eram apontados vários motivos, mas uma minoria sofria de feridas resultantes dos combates (9,4%). Sendo este um hospital de retaguarda, apenas os feridos que necessitavam de maiores cuidados ou de um período de convalescência mais longo seriam para ali evacuados. As feridas destes pacientes eram sobretudo o resultado de fracturas, de contusões e de estilhaços, quer de granadas, quer de bombas. Assim, a maioria dos militares portugueses que entraram neste hospital sofria de doenças (88,7%)¹⁰⁰. Quanto às doenças, há uma pluralidade de moléstias assinaladas, mas um em cada quatro homens sofria de fraqueza, um em cada oito de gripe, seguindo-se a bronquite, a malária, a tuberculose, a pleurite, a anemia, o reumatismo, entre outras. Pelo menos 34 casos de hospitalização resultavam da exposição directa aos gases tóxicos. Este quadro não é surpreendente, se tivermos em conta o período de funcionamento do hospital que coincide com uma segunda fase do CEP, quando o *roulement* das tropas já não era cumprido, levando assim muitos homens ao hospital por cansaço devido à longa permanência nas trincheiras.

Quanto às saídas do hospital, quase metade dos militares saíram curados ou melhorados (47,9%), um número importante foi directamente presente à junta neste hospital (45,8%), um número reduzido foi transferido ou evacuado (5,5%, sobretudo para outros estabelecimentos hospitalares portugueses) e apenas seis faleceram (0,8%). Relativamente às causas de morte, destacam-se quatro casos de doenças infecciosas, referentes ao aparelho respiratório, um caso de doença do sistema circulatório e um outro caso de doença endocrinológica. Quanto às juntas, mais de metade obteve uma licença (52,1%, muitas delas de 60 ou 90 dias, mesmo se a hierarquia militar preconizava um mínimo de licenças e de curta duração), mas muitos foram considerados como incapazes (46%) e apenas 1,8% foram dados como aptos.

Na sequência do encerramento do hospital, cabia ainda decidir o que fazer com as estruturas das barracas e todo o material sanitário. Foi assim criada uma comissão liquidatária. Entretanto, em Março de 1919, quando se começaram a desmontar as barracas, o director do hospital, o Dr. José Antunes dos Santos Júnior, regressou a Portugal. A desmontagem estava a ser feita por duas companhias de engenharia, e o material sanitário da Cruz Vermelha a ser encaixotado para ser enviado para Portugal, acompanhado por alguns elementos do pessoal menor desta organização, que tinham antes trabalhado no hospital. Foi também enviado o automóvel por barco. O material que não pudesse ser utilizado pela Cruz Vermelha, seria vendido. Com o hospital desmontado, o oficial provisor Rui Ferreira regressou a Portugal em Julho, seguido três meses depois pelo comissário Luís Bettencourt e pela D. Maria Antónia¹⁰¹. Contudo, a venda apenas foi

realizada em Agosto de 1920, e considerando o estado de conservação do material, foi possível angariar um total de 25.598,10 francos, do qual 10% foi retirado para o Estado francês¹⁰².

No local onde outrora existiu o Hospital da Cruz Vermelha em Ambleteuse persiste hoje um monumento que recorda a acção da instituição e os soldados portugueses mortos na Primeira Guerra, e foi dos primeiros a ser erigido no pós-guerra¹⁰³ (Imagem 4). Mandado construir pela própria Cruz Vermelha Portuguesa, num terreno doado pela municipalidade, o obelisco em mármore de Marquise de 4 metros e 60 centímetros foi feito em França por Edmond Marechal apesar de terem sido feitos projectos em Portugal. Contudo, o transporte até Ambleteuse seria demasiado complexo e os seus custos elevados, o que levou a optar por uma empresa local. A face principal do obelisco tem o emblema da Cruz Vermelha em relevo e a inscrição “A MEMORIA DOS SOLDADOS PORTUGUESES MORTOS NA GUERRA 1916-1918”. Nas faces laterais possui as inscrições: “NESTE LOCAL FOI CONSTRUIDO PELA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA UM HOSPITAL DE GUERRA” e “ERIGIDO PELA CRUZ VERMELHA PORTUGUESA EM 1919”.

Imagem 4: Monumento erigido pela Cruz Vermelha em Ambleteuse (2017)

Fotografia da autora

O monumento foi inaugurado com toda a solenidade a 30 de Julho de 1919, na presença nomeadamente de Luís Bettencourt, do tenente Armindo Girão Guimarães e do presidente da Câmara Municipal de Ambleteuse. Este comprometeu-se a conservar o obelisco, que era uma homenagem aos portugueses mortos pela França que repousam longe da terra natal, ao mesmo tempo que agradeceu os serviços prestados pela Cruz Vermelha à localidade. De referir que durante a epidemia de gripe pneumónica, o pessoal do hospital prestou assistência à população civil de Ambleteuse de forma gratuita.

Desde a inauguração do monumento até à sua morte, em Agosto de 1956 com 98 anos, a Madame Macq-Darré tratou do mesmo, isto é, limpou e floriu este obelisco. Por este acto, esta senhora foi homenageada por veteranos em várias ocasiões e condecorada pela Cruz Vermelha Portuguesa¹⁰⁴. Hoje além deste monumento, não há qualquer outro vestígio do hospital, nem da passagem das tropas portuguesas por Ambleteuse.

Através deste hospital, edificado pela Cruz Vermelha Portuguesa com grandes apoios financeiros e logísticos das congéneres britânica e americana, a organização contribuiu para o esforço de guerra, aliando a sua acção à do exército português para socorrer os militares feridos e doentes na Flandres. Durante quase dez meses, em paralelo com os dois Hospitais da Base, esta instituição privada recebeu principalmente militares portugueses, oficiais e praças, doentes. Um bom número de entradas deveu-se a astenia ou fraqueza, resultado da longevidade do conflito e da não substituição das tropas. Por outro lado, algumas das doenças eram indirectamente consequência do conflito, nomeadamente da exposição aos gases tóxicos e das condições de vida nas trincheiras. Os casos que deram entrada em vários momentos neste hospital reflectem bem esta realidade, pois muitos deles sofriam de diferentes moléstias nas múltiplas entradas, como astenia e gripe. Esta estrutura cumpriu as funções de um hospital de retaguarda, com períodos de internamento mais longos (em média mais de um mês) do que as estruturas de saúde da frente.

Este hospital foi dotado de um pessoal médico, de enfermagem e auxiliar apenas português, que foi sendo substituído ao longo dos dez meses, pois também ele sofreu com as agruras do clima local e com as privações da guerra. Uma boa parte deste pessoal era próprio à Cruz Vermelha Portuguesa, tendo esta também recorrido ao CEP para suprir as falhas, sobretudo de médicos e cirurgiões. A presença das “damas-enfermeiras” da Cruz Vermelha Portuguesa marcou este hospital pela novidade e pelo interesse em torno destas senhoras, cujo esforço mereceu vários louvores das autoridades militares.

Apesar das dificuldades durante a construção e o funcionamento desta estrutura hospitalar, inerentes ao conflito bélico, a Cruz Vermelha Portuguesa conseguiu edificar um hospital-barraca original e modelar na Flandres, servindo assim o país com custo reduzido para o erário público e cumprindo as funções definidas nos seus estatutos.

¹ Correspondência diversa, PT AHM-DIV/1/35/1251/02.

² *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, III série, vol. II. Lisboa: Casa Portuguesa, 1918, p. 224; Cruz Vermelha, *A Capital*. N.º 2386 (07/04/1917), p. 1.

³ *Cruz Vermelha Portuguesa 1865 a 1925*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1926, p. 31-32.

-
- ⁴ Existia ainda um hospital em Hendaia. MARQUES, Isabel Pestana - *Das Trincheiras com Saudade, a vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008; MARTINS, Álvaro - *Tropas do 1º Grupo de Companhias de Saúde em França na Grande Guerra (1917-1919)*. Lisboa: Imprensa Beleza, 1936, p. 7-8, p. 24-27.
- ⁵ FREIRE, João Paulo - *Impressões da Guerra (Notas de reportagem)*. Lisboa: Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, 1919, p. 21.
- ⁶ A Cruz Vermelha Portuguesa em França, *A Capital*. N.º 2543 (17/09/1917), p. 3.
- ⁷ Carta de Azevedo Gomes para o Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa [CVP] (19/04/1917), ACVP Pasta 1ª Guerra Mundial [P1ªGM] Ambleteuse 1.
- ⁸ Cruz Vermelha Portuguesa: O sr. General Machado não pediu a demissão, *A Capital*. N.º 2375 (27/03/1917), p. 2.
- ⁹ Para o sr. D. Thomaz de Mello Breyner lér..., *A Capital*. N.º 2012 (15/03/1916), p. 1; Uma carta do sr. D. Thomaz de Mello Breyner, *A Capital*. N.º 2013 (16/03/1916), p. 1.
- ¹⁰ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (27/03/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹¹ Expediente; Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (07/05/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹² *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, III série, vol. I. Lisboa: Casa Portuguesa, 1917, p. 296.
- ¹³ Expediente, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹⁴ BORGES, João Vieira; MARQUES, Isabel Pestana; DIAS, Eurico Gomes - *Diário de Campanha do General Fernando Tamagnini, Comandante do CEP*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2018, p. 73; Carta da Secretaria da Guerra para o Presidente da CVP (27/03/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹⁵ A Cruz Vermelha sentir-se-ia isolada e desrespeitada pelo governo republicano que associaria a instituição à monarquia e ao catolicismo, vendo-a como uma potencial ameaça e preferindo apoiar outras iniciativas laicas e republicanas como a Cruzada das Mulheres Portuguesas. MOURA, Maria Lúcia de Brito - A Assistência aos Combatentes na I Guerra Mundial: Um Conflito Ideológico, *Revista Portuguesa de História*. 38 (2006), p. 54-56.
- ¹⁶ Carta de Jorge Cid para o Presidente da CVP (23/05/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹⁷ Carta de Azevedo Gomes para o Presidente da CVP (19/04/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹⁸ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (s/d), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹⁹ Carta de Jorge Cid para o Presidente da CVP (18/07/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁰ FREIRE - *Impressões da Guerra...*, p. 40.
- ²¹ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (s/d), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²² Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (07/05/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²³ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (s/d), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁴ Caderno de Despesas da Missão, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁵ Expediente, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁶ Carta de Lord Donoughmore para o Presidente da CVP (23/08/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁷ Carta de Maria Antónia Ferreira Pinto para o Presidente da CVP (11/10/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁸ Carta de Maria Antónia Ferreira Pinto para o Presidente da CVP (23/10/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ²⁹ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (30/11/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ³⁰ FREIRE - *Impressões da Guerra...*, p. 41.
- ³¹ Cartas de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (14/12/1917 e 30/12/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ³² Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (12/03/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ³³ A D. Maria Antónia e Luís Bettencourt ainda pediram à Cruz Vermelha Americana que pagasse a restante soma. Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (18/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ³⁴ Facturas diversas, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ³⁵ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (12/08/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ³⁶ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (13/10/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ³⁷ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (31/10/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ³⁸ *Livro de registo de oficiais que estiveram em tratamento no Hospital de França*, ACVP.
- ³⁹ Ordem n.º 107 do CEP, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁴⁰ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (12/08/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁴¹ Ordem n.º 113 de 23/04/1918, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁴² Ordem n.º 284 de 11/10/1918, Ordem n.º 311 de 07/11/1918, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2; Nota do chefe dos Serviços de Saúde da Base de Operações para o Chefe dos Serviços de Saúde do CEP (18/10/1918), PT AHM-DIV/1/35/1416/05.
- ⁴³ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (13/10/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁴⁴ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (18/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2; *Livro de registo de oficiais que estiveram em tratamento no Hospital de França*, ACVP.
- ⁴⁵ Segundo os planos de Outubro de 1917; outras fontes indicam a existência de mais uma barraca projectada como balneário dos oficiais atrás da messe dos mesmos. Mapas e plantas do hospital, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁴⁶ Mapas e plantas do hospital, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁴⁷ *Boletim Oficial da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha*, III série, vol. 3.º. Lisboa: Casa Portuguesa, 1919, p. 8, p. 155.
- ⁴⁸ Correspondência diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁴⁹ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (03/12/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁵⁰ Documentos escritos e iconográficos diversos. ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.

-
- ⁵¹ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (04/10/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁵² Regulamento interno do Hospital da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha em Ambleteuse, PT AHM-DIV/1/35/0123/06; *Boletim Oficial...*, 1918, p. 212-215.
- ⁵³ Carta de Maria Antónia Ferreira Pinto para o Presidente da CVP (11/10/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁵⁴ Documentação diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁵⁵ Carta de Luís Simões Ferreira para a Secretaria da CVP (24/05/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2; Carta de Luís Simões Ferreira para a Comissão Executiva da CVP (24/05/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁵⁶ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (03/09/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1; Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (30/09/1918); Ordem nº 347 de 04/09/1918, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁵⁷ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (18/12/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁵⁸ Carta de Jorge Cid para o Presidente da CVP (08/11/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁵⁹ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (30/12/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁶⁰ Carta de Joaquim Salinas para o Chefe dos Serviços de Saúde da Base (03/04/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁶¹ Boletim individual de José da Cunha Paredes, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0754; Boletim individual de Gustavo de Brito Pitschieller, PT AHM-DIV-1-35A-1-03-0745; Boletim individual de Carlos Augusto Leão da Silva, PT AHM-DIV-1-35A-1-06-1703. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <https://arqhist.exercito.pt/>.
- ⁶² Carta do Secretário Geral da CVP para o Chefe do Estado Maior do CEP (14/09/1918), PT AHM-DIV-1-35-0123-06; Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (18/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁶³ Correspondência diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁶⁴ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (04/10/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁶⁵ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (05/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁶⁶ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (23/09/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁶⁷ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (23/09/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁶⁸ *Boletim Oficial...*, 1917, p. 161-166; Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, *Hospital Temporário da Cruz Vermelha da Junqueira, Relatório 1917*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1918, p. 13; Documentação diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁶⁹ Enfermeira-chefe.
- ⁷⁰ Carta de Jorge Cid (08/11/1917) e de Maria Antónia Ferreira Pinto para o Presidente da CVP (12/11/1917), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁷¹ *Boletim Oficial...*, 1919, p. 10; PT AHM-DIV/1/35/1395/02.
- ⁷² Documentação diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁷³ PT AHM-DIV/1/35/0123/06; Documentação diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁷⁴ Carta dirigida às enfermeiras (s/d), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁷⁵ PT AHM-DIV/1/35/0123/06; Documentação diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁷⁶ SCHULTHEISS, Katrin - *Bodies and Souls: Politics and the Professionalization of Nursing in France, 1880-1922*. Cambridge: Harvard University Press, 2001, p. 167-168.
- ⁷⁷ Alda Calheiros Viegas, Ângela Botto Machado, Angélica Plantier, Eugénia Manuel (chefe), Evelyn Rangel, Gladys Cannell, Maria da Câmara Leme, Maria da Conceição Botelho, Maria França, Mary Rangel. Telegrama das dez enfermeiras para o Presidente da CVP (27/06/1918), PT AHM-DIV/1/35/0123/06.
- ⁷⁸ BORGES [et al.] - *Diário de Campanha...*, p. 374.
- ⁷⁹ Telegrama do General Tamagnini para o Presidente da CVP (19/07/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁸⁰ BORGES [et al.] - *Diário de Campanha...*, p. 381-382; Ordem nº208 (27/07/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁸¹ SILVA, Helena da - As enfermeiras de guerra da Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916-1919). *Revista CEPIHS, Vila Nova de Famalicão*. Nº 7 (Out. 2016), p. 341-364.
- ⁸² Carta de Joaquim Salinas para o Chefe dos Serviços de Saúde do CEP (16/09/1918), PT AHM-DIV 1/35/0123/06.
- ⁸³ Carta de Bettencourt para o Presidente da CVP (05/08/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁸⁴ Carta de Bettencourt para o Presidente da CVP (12/08/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁸⁵ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (05/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁸⁶ Carta de Joaquim Salinas para o Chefe dos Serviços de Saúde do CEP (16/09/1918), PT AHM-DIV 1/35/0123/06; Correspondência diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ⁸⁷ Correspondência diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁸⁸ Documentação diversa, PT AHM-DIV/1/35/1001; Carta de Irene Kemp Pinto de Carvalho para a Comissão de Enfermagem da Cruzada (10/04/1918), Liga dos Combatentes - Arquivo da CMP - Pasta 7; Boletim individual de Irene Kemp Pinto de Carvalho, PT AHM-DIV-1-35A-3-01-0071. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <https://arqhist.exercito.pt/>.
- ⁸⁹ Antónia Meneses Batista, Dora Violet Westwood, Eugénia da Gama Ochôa, Eugénia Lopo Lapa, Francisca de Oliveira Ferreira, Judite da Conceição Coelho, Margarida Pacheco de Brito, Maria Adelina Galvez Pinto, Maria Amélia Alves Ribeiro, Maria Amélia Pereira de Souto Mayor, Maria Sacramento Ávila Mayer, Vicência Teixeira Júnior. Ordem nº 41 de 12/02/1918, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁹⁰ *Boletim Oficial...*, 1919, p. 159-160.
- ⁹¹ PT AHM-DIV 1/35/1416/05.
- ⁹² Carta de Rui Ferreira para o Presidente da CVP (19/07/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.

-
- ⁹³ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (05/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 1; Correspondência diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁹⁴ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (01/12/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁹⁵ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (04/10/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁹⁶ Carta de Luís Bettencourt para o Presidente da CVP (18/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁹⁷ Ordem de Serviço de 31/01/1919, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1; Ordem n.º 365 de 31/12/1918 e Ordem n.º 20 de 20/01/1919, ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ⁹⁸ *Livro de registo de oficiais que estiveram em tratamento no Hospital de França; Livro de registo de praças de pré que estiveram em tratamento no Hospital de França*, ACVP.
- ⁹⁹ AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos - *Portugal e a Grande Guerra 1914.1918*. Vila do Conde: Verso da História, 2013, 522.
- ¹⁰⁰ As restantes entradas devem-se a casos de doenças junto com feridas (1,7%) e um caso “indeterminado” (0,1%).
- ¹⁰¹ *Boletim Oficial...*, 1919, p. 4, p. 11, p. 201-204, p. 293-295; Ordem de Serviço de 09/04/1919, ACVP P1ªGM Ambleteuse 1.
- ¹⁰² Carta do Comandante do Depósito de Material a Embarcar para o Secretário-Geral da CVP (24/08/1920), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2.
- ¹⁰³ CORREIA, Sílvia – *Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010. Dissertação de Doutoramento, p. 336. [Consult. 17 Fev. 2018]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/5811>.
- ¹⁰⁴ *Boletim Oficial...*, 1919, p. 11, p. 201-202; Carta de Luís Bettencourt para o Presidente CVP (18/11/1918), ACVP P1ªGM Ambleteuse 2; Documentação diversa, ACVP P1ªGM Ambleteuse 3.